



Simulado Especial

INSS

Pré- edital

Simulado

Simulado Especial INSS

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para INSS;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/28Y2oS5fcvBvegKV7>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/RDnp>

PORTUGUÊS*Fabício Dutra*

Nos Estados Unidos, no século XIX, a transição da polícia do sistema de justiça para um órgão governamental urbano também significou uma mudança na percepção dos criminosos e na prevenção dos crimes, de uma abordagem de punição para uma de prevenção. Na Europa, a ênfase na prevenção representou uma nova atitude em relação ao controle social, com o desenvolvimento de uma política mais específica para identificar e prevenir o comportamento criminoso. Isso resultou na focalização das "classes perigosas", grupos específicos da sociedade considerados como produtores de comportamento criminoso. Durante esse processo, surgiram várias áreas de conhecimento ligadas aos sistemas de justiça criminal, polícia e prisão, voltadas para a identificação, explicação e prevenção do comportamento criminoso, agora visto como "desviante", assim como a medicina legal, a psiquiatria e, especialmente, a criminologia.

Na Europa ocidental, as novas instituições estatais de vigilância deveriam controlar o uso da força em sociedades onde os níveis de violência física nas relações interpessoais e entre o Estado e a sociedade estavam em declínio. Segundo a teoria do processo civilizador de Norbert Elias, no Ocidente moderno, a agressividade, assim como outras emoções e prazeres, foi domada, "refinada" e "civilizada". Elias estabeleceu um contraste entre a violência "franca e desinibida" do período medieval, que não excluía ninguém da vida social e era socialmente permitida até certo ponto, e o autocontrole e a moderação das emoções que se impuseram na modernidade. A conversão do controle exercido por terceiros ao autocontrole está relacionada à organização e à estabilização dos Estados modernos, nos quais a monopolização da força física era central para a criação de sociedades pacificadas. Dessa forma, os indivíduos passaram a ser submetidos a regras e leis mais rígidas, mas ficaram mais protegidos da irrupção da violência em suas vidas, na medida em que as ameaças físicas se tornaram despersonalizadas e monopolizadas por especialistas.

De acordo com o texto acima, julgue os itens

01. A transição da polícia nos Estados Unidos para um órgão governamental urbano marcou uma mudança na abordagem da criminalidade, focando mais na coibição do crime.
02. Segundo a teoria apresentada no texto, controlar e refinar a agressividade resulta em maior autocontrole e estabilização social.
03. No último período do primeiro parágrafo, a expressão 'várias áreas de conhecimento' exerce a função de complemento direto do verbo.
04. No texto, o vocábulo 'desviante' poderia ser substituído por 'transgressor'.
05. No último período do primeiro parágrafo, a vírgula após 'especialmente' poderia ser corretamente retirada.
06. No segundo período do segundo parágrafo, o termo 'Segundo' poderia ser substituído por 'Consoante'.
07. Seriam mantidos a correção e o sentido original do texto se o trecho 'Dessa forma, os indivíduos passaram a ser submetidos a regras e leis mais rígidas, mas ficaram mais protegidos da irrupção da violência em suas vidas, na medida em que as ameaças físicas se tornaram despersonalizadas e monopolizadas por especialistas' fosse reescrito da seguinte forma:
'Desse modo, os indivíduos passaram a ser submetidos às regras e leis mais rígidas, porém ficaram mais protegidos da irrupção da violência em suas vidas, à medida que as ameaças físicas tornaram-se despersonalizadas e monopolizadas por especialistas.'

08. No segundo parágrafo, o deslocamento da partícula 'se' em 'se impuseram' para depois do verbo prejudicaria a correção gramatical.

09. No trecho 'Segundo a teoria do processo civilizador de Norbert Elias, no Ocidente moderno, a agressividade, assim como outras emoções e prazeres, foi domada', a expressão 'foi domada' poderia ser reescrita no plural, mantendo a correção gramatical, 'foram domadas'.

10. Na expressão 'voltadas para a identificação', a expressão 'para a' poderia ser substituída por 'à', com manutenção do sentido original e da correção.

A previdência social é um sistema essencial para garantir a segurança financeira e o bem-estar dos cidadãos em diversas fases da vida. Sua existência é fundamental, pois oferece proteção contra riscos econômicos decorrentes de doença, invalidez, velhice e morte, proporcionando uma rede de segurança para trabalhadores e suas famílias. Ao redistribuir renda, a previdência social ajuda a reduzir a pobreza e a desigualdade, promovendo a justiça social. Além disso, ao garantir uma renda estável para aposentados e beneficiários, a previdência contribui para a estabilidade econômica e social, incentivando o consumo e fortalecendo o mercado interno. Portanto, a previdência social não apenas protege indivíduos, mas também sustenta a coesão e o desenvolvimento da sociedade como um todo.

11. O texto aborda a essencialidade da previdência na promoção da igualdade e na diminuição da pobreza.

12. A previdência social é importante principalmente para garantir a renda dos aposentados, com o mínimo de impacto na estabilidade econômica e social da sociedade.

13. No último período do texto, o conectivo 'mas' expressa contraste.

14. A expressão 'para aposentados e beneficiários' exerce a função de complemento nominal do termo 'estável'.

15. A oração "ao garantir uma renda estável para aposentados e beneficiários" funciona como uma oração subordinada adverbial consecutiva, pois estabelece uma relação de efeito de uma causa.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

16. De uma pequeníssima amostra de 120 alunos do Estratégia Concursos, verificou-se que 60 farão prova para AFRFB, 40, para SEFAZ RJ e 40, para outros concursos. Verificou-se, também, que alguns farão concurso para AFRFB e para a SEFAZ RJ.

Diante do exposto, julgue o item seguinte:

A quantidade de alunos que fará os dois concursos citados é superior a 20.

O dono de uma sorveteria quis saber a preferência de seus clientes sobre três sabores: morango, pistache e framboesa. Para isso, elaborou uma ficha em que cada cliente marcaria com um X quais sabores eram de sua preferência, podendo marcar quantos sabores quisesse. O resultado foi o seguinte: 27 clientes marcaram os três sabores, 50 marcaram os sabores morango e pistache, 48 marcaram pistache e framboesa, 52 marcaram morango e framboesa, 80 marcaram framboesa, 78 marcaram morango e 82 marcaram pistache.

Diante do exposto, julgue os itens seguintes.

17. Se todos os clientes marcaram pelo menos um sabor e preencheram somente uma ficha cada, então o total de clientes consultados é superior a 120

18. A quantidade de clientes que gostam somente um dos sabores é superior a 20

Considere o seguinte argumento lógico:

P1: ou João é ateu ou Carla não é evangélica;

P2: João irá ao Rio de Janeiro se e somente se Carla também for;

P3: Carla é evangélica se e somente se for à igreja aos domingos;

P4: ou Carla vai à igreja aos domingos ou irá ao Rio de Janeiro

P5: Carla não vai à igreja aos domingos

Diante do exposto, julgue o item seguinte:

19. O argumento composto pelas premissas P1, P2, P3, P4 e P5 e pela conclusão "Nem João é ateu, nem Carla é evangélica" é válido.

Um HORTIFRUTTI vende tomates de dois tamanhos: pequenos e grandes. Esses tomates podem ser verdes ou vermelhos. No estoque do HORTIFRUTTI, há 155 tomates, dos quais 82 são vermelhos e 85 são pequenos.

Julgue o item seguinte:

20. Sabendo que 33 dos tomates em estoque são pequenos e vermelhos, a porcentagem dos tomates grandes que são verdes é inferior a 35%

Carlinha tem alguns cartões e disse a seu pai: "cada um dos meus cartões tem uma letra em uma das faces e um número em outra". Carlinha complementou: "se na face de um cartão tem uma vogal, então no verso há um número ímpar".

Em seguida, Carlinha mostrou frente e verso de três cartões.

	Primeiro cartão	Segundo cartão	Terceiro cartão
Frente	C	B	A
Verso	2	3	5

Julgue o item seguinte:

21. O único cartão que contradiz a afirmação de Carlinha é o segundo cartão.

22. A negação da proposição P: Em todos os domingos, se fazia sol, Renata passeava de moto, é a proposição Q: houve ao menos um domingo em que fez sol e Renata não passeou de moto.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Antônio Daud

Tomando por base o regramento contido no Decreto 1.171/1994 e demais preceitos sobre ética no serviço público, julgue os quatro itens a seguir.

23. O servidor público tem o dever de apresentar comportamentos e atitudes direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos, tanto no exercício do seu cargo como também fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal.

24. O servidor não pode omitir ou falsear a verdade, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.

25. É dever fundamental do servidor público exercer suas atribuições com rapidez e perfeição, embora nada se exija quanto à organização e limpeza do seu local de trabalho.

- 26.** É vedado ao servidor público resistir às pressões de superiores hierárquicos, de contratantes e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.
- 27.** O servidor sujeita-se à pena de censura pelo descumprimento dos preceitos contidos no Código de Ética.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base o Regime Jurídico Único dos servidores federais, analise as afirmações a seguir.

- 28.** Para que seja cabível a reversão a pedido do servidor público estável, é necessário que a aposentadoria tenha ocorrido dentro dos cinco anos anteriores à solicitação.
- 29.** A quitação com obrigações fiscais e tributárias é requisito básico para investidura em cargo público federal.

Suponha que Romeu, servidor público, resida em local desconhecido com sua esposa Julieta. Romeu foi intimado pelo órgão competente quanto à existência de processo administrativo disciplinar contra sua pessoa. Ao receber a referida intimação, percebeu que teria que comparecer ao órgão no dia seguinte.

Tomando por base a referida situação hipotética e, de acordo com as disposições da Lei federal nº 9.784/99, julgue os itens a seguir:

- 30.** A intimação é nula, porquanto foi realizada sem observância dos requisitos legais, inobstante o comparecimento de Romeu ao órgão tenha o condão de suprir sua irregularidade.

- 31.** Pode-se presumir que Romeu tomou ciência da intimação por meio de publicação realizada no diário oficial.

- 32.** Caso Romeu desatenda a comunicação, restaria reconhecida a verdade dos fatos alegados no processo.

Tomando por base a regulamentação atinente à improbidade administrativa e ao controle e responsabilização estatal, julgue os itens a seguir.

- 33.** Caracteriza ato de improbidade administrativa, na modalidade violação a princípio, a nomeação de parente de primeiro grau, da autoridade nomeante, para o exercício de cargo em comissão na administração pública.

- 34.** Não cabe ao Poder Judiciário, em sua função típica, examinar a razoabilidade dos atos administrativos, na medida em que tal aspecto insere-se dentro do controle de mérito da atuação estatal.

- 35.** Mandado de segurança é instrumento pelo qual realiza-se controle administrativo da atuação da Administração Pública.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

- 36.** O item a seguir, é apresentado uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Um agente penitenciário submeteu a intenso sofrimento físico um preso que estava sob sua autoridade, com o objetivo de castigá-lo por ter incitado os outros detentos a se mobilizarem para reclamar da qualidade da comida servida na penitenciária. Nessa situação, o referido agente cometeu crime inafiançável.

37. Julgue os itens a seguir, à luz dos princípios que regem o processo civil brasileiro. A garantia de que ninguém será julgado por órgão constituído após a ocorrência do fato (tribunais ad hoc ou de exceção) é uma decorrência do princípio do juiz natural, assegurado na Constituição da República.

38. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue o item seguinte, à luz da CF. Conceder-se-á habeas data para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou à de terceiros, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

39. Todo ser humano deve ter asseguradas, desde o nascimento, as mínimas condições necessárias para se tornar útil à humanidade, como também deve ter a possibilidade de receber os benefícios que a vida em sociedade pode proporcionar. A respeito dos direitos humanos e da cidadania, julgue o item seguinte. Os princípios da igualdade formal e material devem se complementar e garantir a todos o acesso a todos os direitos, em condições de igualdade.

40. Julgue o próximo item, referente aos direitos sociais. A Constituição Federal assegura o direito à livre associação sindical ou profissional e veda ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.

41. Considerando os dispositivos constitucionais relativos ao exercício do serviço público no Brasil, julgue o item a seguir. Um dos requisitos utilizados para a promoção de servidores públicos na carreira consiste na participação em cursos de formação e de aperfeiçoamento nas escolas de governo mantidas pela União, pelos estados e pelo DF.

42. Acerca da Constituição Federal de 1988 e das disposições nela inscritas relativamente a direitos e

garantias fundamentais e à administração pública, julgue o item a seguir. Diferentemente dos cargos em comissão, as funções de confiança somente podem ser preenchidas por servidores ocupantes de cargo efetivo.

43. Tendo em vista as disposições sobre a seguridade social previstas na CF88, julgue o item a seguir. A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, poderá contratar com o Poder Público, mas sem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

44. O serviço de FTP, é amplamente utilizado para possibilitar o acesso a distância entre equipamentos o que permitiu a quebra de fronteira físicas entre usuários.

45. Backup consiste na realização de cópias de segurança de dados para que, em caso de sinistro, os mesmos possam ser recuperados. A boa prática determina que devemos ter várias cópias e armazená-los em locais físicos distintos.

46. O token do certificado digital, geralmente conectado nas portas USB dos computadores atuais, é considerado um periférico de entrada de dados.

47. No Word, o recurso de comentário deve ser utilizado para colocar notas informativas no fim do texto ou no fim da página.

48. No Windows, é possível organizar todos os ícones da Área de Trabalho em ordem alfabética, clicando com o botão direito do mouse sobre a mesma e selecionando o menu "Classificar por".

49. No Excel, a função =SOMA(B2;B8) permite que seja feita a soma dos valores existentes nas células B2 e B8.
50. O Sniffer é um ataque muito utilizado nos dias atuais e busca rastrear os pacotes de dados que trafegam na rede, para eventualmente roubar informações importantes detectadas.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Adriana Menezes

51. Nos termos da Constituição Federal, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar, exclusivamente, os direitos relativos à previdência, à educação e à assistência social.
52. A previdência social é organizada sob a forma do regime geral, de caráter contributivo e filiação obrigatória. Os benefícios previdenciários não podem ter valor mensal inferior ao salário-mínimo.
53. O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento que rege a seguridade social é aplicado a todos aqueles que necessitem de proteção social, ainda que não tenham vínculo com qualquer espécie de regime previdenciário.
54. O princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços indica que o sistema de proteção social deve oferecer todas as prestações, sem exceções, a quem delas necessite, para a consecução da igualdade e da justiça social.
55. O princípio da equidade na forma de custeio permite que as alíquotas das contribuições sociais da seguridade social a cargo das empresas tenham alíquotas diferenciadas em razão do uso intensivo de mão de obra, da atividade econômica, do porte da empresa e da condição estrutural do mercado de trabalho.
56. É considerado segurado obrigatório o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social (RPPS).
57. Ali Kaká, cidadão iraniano, domiciliado no Brasil, foi aqui contratado pela empresa brasileira Souza & Silva para trabalhar, por tempo indeterminado, em sua filial situada na Venezuela. Nessa situação, Ali Kaká deverá estar, necessariamente, vinculado ao RGPS como segurado empregado.
58. O segurado que estiver acometido de doença de segregação compulsória manterá a qualidade de segurado por até 12 meses após cessar a segregação, tendo o seu período de graça prorrogado para até 24 meses na hipótese de possuir mais de 120 contribuições ao RGPS.
59. A doença endêmica adquirida por trabalhador segurado habitante de região em que ela se desenvolva é considerada doença do trabalho se restar comprovado de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.
60. O segurado que sofreu acidente de trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho, após a cessação do auxílio por incapacidade temporária acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

- 61.** Em janeiro de 2024, Maria Francisca (Chica) obteve a aposentadoria programada pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Seis meses após a concessão de sua aposentadoria, ela sofreu um acidente vascular cerebral que a deixou em estado vegetativo, demandando cuidados permanentes de terceiros. Diante do caso hipotético apresentado, pode-se afirmar que Chica tem direito ao acréscimo de 25% sobre o valor de sua aposentadoria, conforme previsto na Lei nº 8.213/1991, caso comprove a necessidade da assistência permanente de terceiros.
- 62.** Segurado do RGPS que estiver em gozo do benefício da aposentadoria programada e continuar trabalhando poderá eventualmente acumular esse benefício com auxílio por incapacidade temporária, caso fique incapacitado para o novo trabalho por mais de 15 dias consecutivos.
- 63.** Maria Francisca (Chica) começou a trabalhar no seu primeiro emprego há 30 dias quando, sofreu uma queda dentro da empresa e teve que se afastar do trabalho por 90 dias para se recuperar da lesão sofrida. Nesse caso, ainda que Chica fique afastada do trabalho, não tem direito a benefício previdenciário por ter se filiado ao RGPS apenas há 30 dias e não ter cumprido a carência mínima de contribuições exigida pela legislação previdenciária.
- 64.** O benefício de auxílio-acidente é devido aos segurados empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial, tendo natureza indenizatória por ter o segurado perdido parcialmente a capacidade laborativa em razão de acidente do trabalho.
- 65.** A aposentadoria por incapacidade permanente, inclusive a decorrente de acidente de trabalho, consistirá em uma renda mensal correspondente a 100% do valor do salário de benefício.
- 66.** O segurado que se filiar ao RGPS a partir de 14/11/2019 poderá se aposentar ao completar 65 anos de idade e 20 anos de contribuição, se homem e 62 anos de idade e 15 anos de contribuição, se mulher.
- 67.** A aposentadoria especial contempla apenas os segurados empregado, trabalhador avulso e especial.
- 68.** De acordo com a legislação em vigor, o auxílio por incapacidade temporária, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consistirá em uma renda mensal correspondente a 91% (noventa e um por cento) da última remuneração auferida.
- 69.** Servidor público titular de cargo efetivo vinculado ao regime próprio de previdência social do Estado de Goiás poderá se filiar ao regime geral de previdência social na condição de segurado facultativo para fins de obter mais uma aposentadoria.
- 70.** Caso a remuneração do trabalhador avulso em um determinado mês seja inferior ao salário-mínimo, ele tem a opção de realizar uma contribuição complementar, a fim de que esse mês seja contabilizado como período de contribuição.

- 71.** João Pé de Feijão, segurado facultativo do RGPS, havia recolhido dez contribuições mensais quando, devido a problemas financeiros, teve que deixar de recolher novas contribuições durante nove meses. Após se restabelecer financeiramente, João Pé de Feijão voltou a contribuir, mas, após quatro meses de contribuição, ele foi acometido por uma doença que o incapacitou para o trabalho por 60 dias. Nessa situação, pode-se afirmar que João Pé de Feijão terá direito de receber auxílio por incapacidade temporária porque readquiriu a qualidade de segurado após o recolhimento de um terço do número de contribuições exigidas para o gozo do auxílio por incapacidade temporária.
- 72.** Os benefícios de pensão por morte, auxílio-reclusão e auxílio-acidente prescindem de carência.
- 73.** A aposentadoria por incapacidade permanente é devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio por incapacidade temporária, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.
- 74.** Catarina, empregada da empresa XYW S/A, adotou uma criança de seis anos, cuja mãe biológica já tinha recebido o salário-maternidade. Nesse caso, pode-se afirmar que Catarina não terá direito de receber o benefício de salário-maternidade, vez que a mãe biológica da criança já recebera o mesmo benefício.
- 75.** João, aposentado pelo RGPS, veio a falecer. Deixou a esposa e dois filhos menores de 21 anos – Mateus e Pedro. Pedro é pessoa com deficiência intelectual. Considerando a situação apresentada, julgue o item à luz da legislação previdenciária.
- A pensão por morte de João será equivalente a 100% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado na data do óbito.
- 76.** A pensão por morte, devida ao filho até os vinte e um anos de idade, prorroga-se pela pendência do curso universitário até os vinte e quatro anos de idade, conforme entendimento do STJ.
- 77.** A pensão por morte não exige carência, mas a duração do benefício para o cônjuge varia conforme a existência de filhos menores de idade, sendo vitalícia apenas se houver filhos menores de 14 anos de idade.
- 78.** Conforme previsão contida no Regime Geral da Previdência Social é permitido o recebimento conjunto de seguro-desemprego e pensão por morte.
- 79.** Analise a situação hipotética e julgue o item seguinte.
- João tem 17 anos de idade e é filho único de Selma e Antônio, divorciados e ambos segurados da previdência social na qualidade de empregados.
- Assertiva: Caso o pai e a mãe de João venham a falecer, o filho não terá direito a duas pensões, apesar de seus pais não morarem juntos.
- 80.** A Constituição Federal prevê a incidência de contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social.
- 81.** Para fins de custeio da seguridade social, considera-se empresa a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, excluídos os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.

82. As receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios destinadas à seguridade social devem constar dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.

83. A respeito da contagem recíproca do tempo de contribuição, julgue o item que se segue.

Não é possível utilizar o tempo de serviço militar no Regime Geral de Previdência Social para fins de aposentadoria.

84. Nos termos do que dispõe a Constituição Federal de 1988, a contagem recíproca de tempo de contribuição prescinde de compensação financeira entre os regimes de previdência.

85. O benefício assistencial devido à pessoa idosa e à pessoa com deficiência (BPC-LOAS) somente poderá ser concedido a brasileiro nato ou naturalizado.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Maurício

86. Considere o seguinte item sobre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS): O cônjuge de um segurado do RGPS possui direito ao recebimento da pensão por morte de forma vitalícia, sem levar em conta a duração do casamento ou o período de contribuição do segurado.

87. Considere que Ana e Beatriz vivam em união estável, trabalhem em empresas distintas e tenham adotado uma criança de dois anos. Nessa situação hipotética, devido à adoção, ambas as mães adotivas terão direito ao salário-maternidade

88. A alíquota de contribuição previdenciária que o segurado empregado e o empregado doméstico devem recolher ao RGPS é distinta da alíquota de contribuição que a empresa e o empregador doméstico devem recolher.

89. Imagine que João foi demitido sem justa causa e, por isso, recebeu uma indenização compensatória de 40% sobre o valor total depositado em sua conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Essa indenização deve ser considerada como parte do salário-de-contribuição, o que implicaria na incidência de contribuição previdenciária sobre essa quantia.

90. Para que um trabalhador tenha seu tempo de contribuição reconhecido pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), é necessário que o valor da contribuição mensal seja igual ou superior ao mínimo exigido para a sua categoria profissional.

91. De acordo com a CF/88, a assistência social é um direito de todos e uma obrigação do Estado. Trata-se de uma Política de Seguridade Social que não exige contribuições dos beneficiários e tem como objetivo assegurar os mínimos sociais.

92. Marina Silva, de 56 anos, trabalha como agricultora em regime de economia familiar, com auxílio de empregados permanentes, na qualidade de contribuinte individual. Após cumprir o período de carência necessário, ela terá direito à aposentadoria por idade como trabalhadora rural, desde que comprove o exercício efetivo de atividade rural, mesmo que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao pedido do benefício. O valor da renda mensal será de 70% do salário de benefício, com um acréscimo de 1% para cada ano de contribuição.

- 93.** Carlos Silva, Analista de Sistemas, é filiado ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos do estado de Alagoas. Se Carlos não tiver outra ocupação, ele não poderá se inscrever no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), exceto como segurado facultativo.
- 94.** De acordo com a Constituição Federal de 1988, as contribuições sociais destinadas à Seguridade Social somente podem ser exigidas após um período de noventa dias a partir da data de publicação da lei que as instituiu ou alterou. Além disso, é proibido exigir essas contribuições no mesmo exercício financeiro em que a lei foi publicada.
- 95.** Carlos Henrique, contribuinte do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), estava legalmente separado de Joana Silveira, para quem pagava uma pensão alimentícia de R\$ 1.800,00 por mês. Carlos vivia com seus pais, que já tinham 98 anos cada, e dois irmãos, dos quais um era inválido e o outro tinha deficiência mental. Tanto os pais quanto os irmãos de Carlos dependiam financeiramente dele. Com base nessas informações, conclui-se que o benefício previdenciário será destinado exclusivamente a Joana, sem qualquer parcela destinada aos pais e irmãos de Carlos.
- 96.** Josias, com 60 anos de idade, residente em Camaragibe/PE, é professor da educação básica. Ele é casado com Valéria e pai de 2 filhas. Josias é segurado empregado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e possui 25 anos consecutivos de contribuição, exercendo efetivamente a função de magistério na educação básica. Diante dessas informações, podemos afirmar que, uma vez cumprida a carência, Josias poderá obter sua aposentadoria programada como professor.
- 97.** O valor correspondente ao vale-transporte, na forma da legislação, fornecido em dinheiro ao empregado, não integra o salário de contribuição.
- 98.** Ana Silva, grávida de 25 semanas, contribuinte do RGPS como empregada doméstica, procurou aconselhamento jurídico para saber mais sobre seus direitos relacionados ao benefício de salário-maternidade. O advogado informou que ela só teria direito ao benefício se comprovasse o pagamento de pelo menos 10 contribuições mensais. Diante dessa situação, podemos afirmar que Ana recebeu uma orientação incorreta do advogado.
- 99.** Marcos, aposentado pelo RGPS, faleceu, deixando sua esposa Júlia, de 58 anos, seu filho Lucas, de 22 anos, que possui deficiência intelectual grave, seu filho Pedro, de 20 anos, que é estudante universitário e sua mãe, Dona Lúcia, que dependia economicamente de Marcos. Considerando a legislação atual sobre pensão por morte, podemos afirmar que Júlia, Lucas e Pedro têm direito à pensão por morte em partes iguais, mas Dona Lúcia não tem direito, pois dependente de Classe II só tem direito na ausência de dependentes preferenciais.
- 100.** João, segurado especial que trabalha como pescador artesanal e não possui empregados permanentes, deverá contribuir para a seguridade social com base em uma porcentagem aplicada sobre o valor bruto obtido com a venda de sua produção rural. Dessa forma, ele terá direito aos benefícios estabelecidos pela legislação.

- 101.** Juarez, segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), foi diagnosticado com uma doença ocupacional que o tornou incapaz de trabalhar e sem possibilidade de reabilitação para qualquer atividade que lhe garanta a subsistência. Nesse caso, João terá direito a receber aposentadoria por incapacidade permanente, independentemente do cumprimento de carência, cuja renda mensal inicial será de 60% do seu salário de benefício, com um acréscimo de 2% para cada ano de contribuição que exceder 20 anos de contribuição.
- 102.** Os valores recebidos a título de auxílio-alimentação, pagos em dinheiro, integram o salário de contribuição.
- 103.** De acordo com a Constituição Federal de 1988, é permitido estabelecer bases de cálculo diferenciadas para as contribuições sociais devidas pelo empregador, pela empresa e pelas entidades equiparadas, conforme definido por lei. Essas contribuições podem incidir sobre a receita, o faturamento ou o lucro.
- 104.** Luana, uma operadora de máquinas, sofreu um acidente de trabalho que resultou na amputação parcial de um dedo. Após a recuperação, Luana voltou ao trabalho com uma redução na sua capacidade laboral para a atividade que habitualmente exercia. Ela solicitou o auxílio-acidente, mas teve o pedido negado pelo INSS. Diante do exposto, podemos afirmar que Luana pode recorrer administrativamente e, se necessário, judicialmente, pois a amputação parcial de um dedo pode justificar o auxílio-acidente.
- 105.** Pedro, com 60 anos de idade, exerce atividades autônomas como instrutor de dança em eventos culturais, sendo um contribuinte individual. Se Pedro comprovar que trabalhou durante 25 anos exposto continuamente a agentes físicos nocivos à saúde, de forma permanente e não ocasional, e que tais agentes não foram eliminados ou neutralizados mesmo após a adoção de medidas de controle previstas na legislação trabalhista, ele terá direito à aposentadoria especial.
- 106.** Thiago trabalha como cozinheiro na residência de Silva, prestando serviços de forma subordinada, remunerada e pessoal à família de Silva, em atividades sem fins lucrativos, durante dois dias por semana. Diante da situação exposta, a contribuição previdenciária de Silva, na qualidade de empregadora doméstica, incidente sobre o salário de contribuição de Thiago, será de oito por cento de contribuição patronal, acrescida de oito décimos por cento de contribuição social para financiamento do seguro contra acidentes do trabalho, totalizando 8.8% sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço.
- 107.** Após ser submetido a uma avaliação biopsicossocial realizada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, foi constatado que Avelino Pereira, segurado empregado do RGPS, possui grau de deficiência leve. Diante dessa constatação, Avelino foi orientado a entrar com um requerimento junto ao INSS, solicitando aposentadoria por tempo de contribuição, uma vez que já possui 30 anos de contribuição na condição de pessoa com deficiência. Considerando os fatos apresentados, o INSS deverá deferir o pedido de Avelino, uma vez que os requisitos para a obtenção de sua aposentadoria por tempo de contribuição do segurado com deficiência foram preenchidos.
- 108.** Para ter direito ao Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS), é necessário que o requerente tenha contribuído para a Previdência Social por pelo menos 12 meses.

- 109.** Maria, uma cidadã brasileira de 60 anos, casada com João e mãe de 8 filhos, residente no município de Florença/CE, é uma segurada empregada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Após contribuir de forma contínua para a previdência social por 15 anos, Maria deseja solicitar sua aposentadoria programada. Nesse contexto, o pedido de Maria deve ser concedido, pois ela cumpriu os requisitos exigidos pela legislação previdenciária.
- 110.** Renata trabalha como vendedora em uma empresa que comercializa produtos de tecnologia. A título de incentivo, essa empresa oferece exclusivamente aos empregados do setor de vendas um plano de previdência privada. Além disso, a empresa também paga mensalmente a todos os funcionários um valor referente à participação nos resultados. Nessa situação, incide contribuição previdenciária sobre os valores pagos pela empresa a título de contribuição para a previdência privada de Renata, bem como sobre o valor recebido a título de participação nos resultados.
- 111.** Mariana, segurada facultativa do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), após cometer homicídio contra um parente, foi condenada por crime doloso e está cumprindo pena em regime fechado. Mariana estava recebendo auxílio por incapacidade temporária na data de sua prisão e deverá ter seu benefício cancelado a partir da data de sua reclusão.
- 112.** Em relação à evolução histórica da Seguridade Social no Brasil, é possível afirmar que a Constituição Federal de 1967 incluiu a doença e o desemprego como riscos sociais a serem cobertos pela Previdência Social. Esta foi a primeira Constituição a prever o seguro-desemprego e a empregar o termo "Seguridade Social", abrangendo saúde, assistência social e previdência social.
- 113.** Observados os demais critérios de elegibilidade definidos em Lei, terão direito ao benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS) apenas a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo.
- 114.** João Silva, um contribuinte individual, após atender a todos os critérios necessários para a concessão de sua aposentadoria programada, terá direito ao benefício a partir da data do desligamento de sua atividade, desde que o pedido seja formalizado dentro de noventa dias após o desligamento.
- 115.** Adelaide, de 67 anos, não possui renda própria e vive exclusivamente com sua filha, que recebe um salário-mínimo mensal. Ela solicitou o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Nesse caso, Adelaide não tem direito ao benefício.
- 116.** Carlos Mendes exerce múltiplas atividades como segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Se Carlos for considerado permanentemente incapaz para uma dessas atividades, o auxílio por incapacidade temporária deverá ser mantido indefinidamente, sendo proibida a concessão de aposentadoria por incapacidade permanente enquanto a incapacidade não se estender a todas as atividades.
- 117.** O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo e de servidores ativos, não incidindo contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadorias e pensões, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

- 118.** Juvenal, nascido na cidade de Porto Alegre, é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e ficou incapacitado para o seu trabalho por quinze dias consecutivos, conforme avaliação médico-pericial, devido a um acidente de carro ocorrido enquanto dirigia para seu trabalho. Dessa forma, independentemente do cumprimento de período de carência, Juvenal terá direito ao auxílio por incapacidade temporária pelo período em que esteve afastado das atividades.
- 119.** Carlos Silva, segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), veio a falecer, deixando sua esposa, Mariana Lima, de 41 anos, e seu filho, João Silva, de 15 anos, como seus dependentes. Mariana e João entraram com o pedido de pensão por morte 90 dias após o falecimento de Carlos. Neste contexto, a pensão por morte será concedida a ambos desde a data do falecimento.
- 120.** Carlos é um segurado obrigatório de baixa renda vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) como contribuinte individual. Ele terá direito ao recebimento do salário-família, que será pago mensalmente, proporcionalmente ao número de filhos, enteados e menores tutelados, até quatorze anos de idade ou inválidos. Para os enteados e menores tutelados, é necessário comprovar a dependência econômica, enquanto para os filhos não é necessária essa comprovação.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
